

São Paulo, 25 de setembro de 2007

Exma Sra.

Dra. ANA BEATRIZ PEREIRA DE SOUZA FONTINI

Promotora de Justiça de Atibaia

Rua Dr. José Roberto Paim 999

Parque dos Coqueiros

Atibaia

CEP 12940-910

“O ambiente selvagem está sendo amado para a morte”

DUBOS, René. *Namorando a Terra* (1980). São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1981

Como é do conhecimento de V. Ex.^a, o Laboratório Gestão e Projeto do Espaço da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e o Laboratório Ecofisiologia das Comunidades Vegetais do Instituto de Biologia da USP, ambos da Universidade de São Paulo, estão desenvolvendo estudos na região da Serra do Itapetinga. Em decorrência, foi ministrada sob responsabilidade dos professores doutores Euler Sandeville Jr. e Sergio Tadeu Meirelles a disciplina ICA 5754- Potencialidade e Gestão Ambiental, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, com apoio da Ecopousada Pedra Grande e participação da ONG Simbiose. Os estudos nessa disciplina envolveram uma série de atividades de pesquisa de campo e de reuniões com diversos atores envolvidos no destino dessa região, com o objetivo de através do debate aprimorar e socializar os conhecimentos existentes e estabelecer novas parcerias na defesa desse Patrimônio excepcional que se encontra sob grave ameaça. Os resultados reunidos na disciplina deverão ser apresentados em debate aberto a todos os interessados a ser realizado no próximo dia 04 de outubro de 2007, em Atibaia, no Cine Itá, realizado em colaboração com o COMDEMA e o COMTUR de Atibaia.

Em consequência desses trabalhos, estivemos neste último final de semana (22 e 23 de setembro) realizando algumas atividades no local. Encaminho a V. Ex.^a um relatório das observações que realizei nessa oportunidade, quando pude constatar alguns avanços no sentido de ações que protegem a área tombada, sobretudo na utilização da laje da Pedra Grande, mas também constatei alguns fatos que são motivo de sérias preocupações e de medidas urgentes.

Devo destacar que a ONG Simbiose elaborou dois relatórios sobre suas ações voluntárias na Pedra Grande: “Relatório de Monitoramento Decorrente do Passeio de Primeiro de Maio à Serra do Itapetinga (Pedra Grande)” de junho de 2007 protocolado pelo COMDEMA junto ao Ministério Público para instruir procedimento, e “Relatório Fotográfico Descritivo de Ameaças Ambientais na Serra do Itapetinga” de setembro de 2007, este já no âmbito dos trabalhos em parceria com os Laboratórios da Universidade de São Paulo. Estes documentos trazem uma série de registros importantes sobre a situação atual e sobre a intensificação das práticas danosas ao ambiente e,

em muitos casos, com risco também aos cidadãos. O atual relatório conta com documentação fotográfica ilustrativa das observações realizada na oportunidade que está anexada quando pareceu essencial ao entendimento do exposto. Também os relatórios citados da Simbiose contam com farto e preciso registro fotográfico das ações predatórias e suas conseqüências.

Sobre o controle do acesso à Pedra Grande

A exemplo do que já ocorreu no Primeiro de Maio, quando a ONG Simbiose, com apoio da Prefeitura de Atibaia e outros atores realizou um controle de acesso na Estrada Municipal da Pedra Grande e monitoramento das atividades sobre a laje, e consoante com as recomendações dos estudos que estamos desenvolvendo, essa ONG estabeleceu nos últimos três finais de semana um perímetro pioneiro de restrição ao acesso de veículos à laje.

Segundo nossos estudos é indispensável que os veículos não circulem sobre a rocha. No entanto, tal restrição poderia trazer inúmeros transtornos em momentos de grande afluxo de visitantes, o que nos levou a entender ser possível, embora não seja o desejável, a circulação de veículos em um trecho restrito da laje. O perímetro teria que permitir acesso e movimentação com segurança dos veículos até um limite máximo do que esse perímetro possa comportar, e não criar um obstáculo visual à primeira apreensão da paisagem quando se chega ao local. O perímetro recomendado foi também o adotado pela ONG e mostrou-se eficiente nesses três finais de semana em que foi implantado. Deve-se destacar que, além dos danos ambientais causados pelos veículos e pelas dificuldades na circulação que acarretam sobre a laje, seu acesso indiscriminado altera de modo negativo a apreensão paisagística do local.

O que pudemos constatar no último final de semana no qual realizamos as observações aqui descritas, foi que a maioria dos visitantes (estimamos em cerca de 60% durante nossa observação), mesmo sem qualquer sinalização adicional à demarcação do perímetro ou orientação verbal, tendem a respeitar e compreender a delimitação. Entretanto, um número ainda expressivo de visitantes ignora a demarcação, rompendo-a com o carro ou deslocando-a para ultrapassá-la, o que provavelmente seria diminuído caso houvesse uma sinalização e informação adequada sobre o ambiente em que transitam. Alguns alunos da Universidade já se interessaram em desenvolver ou contribuir para a criação de um sistema de informação adequado, o que havendo outros parceiros é totalmente factível, como demonstra a ação emergencial do Primeiro de Maio que envolveu a utilização de placas informativas.



figura 1: Kombi realizando comércio de alimentos e bebidas sobre a laje, tendo ultrapassado a delimitação para circulação de veículos sugerida

Todos esses visitantes que ultrapassaram a delimitação durante esta observação realizada, dirigiram-se à região do salto de asa delta, ou à região em que se localiza uma Kombi que vende alimentos e bebidas a esses visitantes, atividade que provavelmente esteja em desacordo com a legislação e normas sobre essa matéria e que seguramente está em contradição com as recomendações para conservação ambiental usuais. Essa mesma Kombi, embora pudesse ter voluntariamente se localizado no perímetro de menor impacto, aparentemente busca um ponto limite entre o local de vôo e o topo da laje, atraindo outros veículos. O que demonstra a referência inadequada exercida por essas duas atividades no momento observado, que também polarizaram a maior quantidade de pessoas predisposta a transgredir as restrições ambientais em função de seus projetos pessoais.



figura 2: veículo recuando após transitar sobre uma “ilha de solo”, após ter ultrapassado a delimitação sugerida

Desses visitantes que ultrapassaram a demarcação, muitos estacionaram os veículos sobre ilhas de solo ou mesmo as atravessaram com o veículo, comprometendo a condição absolutamente excepcional e rara dessas formações, reconhecidas como integrantes do Patrimônio Ambiental e Cultural da Serra. Entretanto, desse número ainda expressivo de visitantes que têm essas atitudes, a maior parte, uma vez abordada, tende a desculpar-se e se compromete a não invadir novamente as ilhas, e embora entendam (e freqüentemente concordem com) a razão da demarcação proposta, na prática ainda tendem a desconsiderá-la em atenção a seus projetos pessoais. Tudo indica, contudo, que poderiam ser conduzidos a uma outra atitude se houvesse orientação e fiscalização adequada.

Se entendermos corretamente, a delimitação não prejudica o acesso à laje. Ao contrário, encaminha para viabilizá-lo, pois na ausência de um trabalho de gestão das áreas particulares tombadas, a única forma de valer a Lei Municipal nº 1.726 de 03/11/1980 regulamentada pelo Decreto nº 1.766 de 10/08/1981, que declarou a Serra do Itapetinga Zona de Preservação Ecológica, a Resolução nº 14 de 06/07/1983 do CONDEPHAAT que determinou o Tombamento da Serra da Itapetinga e outros dispositivos incidentes, seria com a interdição do acesso à área. O usufruto desse recurso, se bem conduzido, poderá representar oportunidades de crescimento cognitivo e emocional e de fortalecimento da cidadania. Seu uso inadequado, entretanto, em nada contribuirá senão para o indesejável reforço do comportamento egoísta e da violência, contrários à construção da cidadania e que levarão por comprometer a excepcionalidade da região,

transformando-se o que era um Patrimônio único no Estado de São Paulo em um anti-símbolo, que registrará para sempre a voracidade, indiferença e irresponsabilidade.

Uma pequena minoria tomou atitudes bem mais radicais e negativas, desconsiderando qualquer orientação, mesmo alertadas sobre o dano ao Patrimônio que estão causando. No dia em questão, nos foi relatado com testemunhas um caso de graves ameaças físicas e morais, sujeitando à intimidação e humilhação um dos representantes da Simbiose, que voluntariamente faz esse serviço, sem o qual muito maior seria o dano sobre a Serra. No período noturno pessoas também ultrapassaram essa delimitação buscando locais para acampar, sem qualquer orientação, quer quanto a sua segurança pessoal, quer quanto a possíveis conseqüências ambientais de suas atitudes. O que indica que a permanência noturna na laje necessita também ser orientada e monitorada, inclusive no interesse da segurança desses usuários, uma vez que há relatos de quedas e de ações de violência ou constrangimento que teriam ocorrido em períodos diversos. A totalidade dos visitantes motociclistas ultrapassou a demarcação, e em vários momentos foi possível observá-los transitando a velocidades elevadas para o local ao lado de pedestres, inclusive crianças. Segundo informações recebidas, seria comum motocicletas sem o emplacamento devido.

Verificamos ainda pessoas realizando coleta de espécies ou caminhando sobre as ilhas, o que causa dano irreversível, embora no final de semana observado tenha sido de pouca expressão em relação ao que já observamos em outros momentos. A gravidade de todas essas ações pode ser percebida na fisionomia da paisagem, indicando o impacto ambiental irreversível em curso. Observações de uma e de duas décadas atrás, realizadas por mim e pelo professor doutor Sérgio Tadeu Meirelles, entre outros que possam corroborá-las, indicam uma supressão de enorme magnitude de espécies e até mesmo de ilhas inteiras, cujas floradas podiam ser observadas abundantemente mesmo a grandes distâncias. Há a ocorrência de ao menos uma espécie endêmica já confirmada, mas segundo alguns estudiosos pode haver outras ainda não verificadas, o que aumenta a possibilidade de risco de danos ambientais irreparáveis.

Destaque-se que a ação da ONG orientando a circulação sobre a laje é convergente também com a manifestação das Prefeituras de Bom Jesus dos Perdões e de Atibaia, em parceria com o Ministério Público, de controlar o fluxo de veículos na estrada que dá acesso à Pedra Grande, conforme decidido em reunião convocada por ação de V. Ex.^a, da qual tivemos oportunidade de participar. Também é convergente com a experiência-piloto pioneira realizada no Primeiro de Maio deste ano. Essas duas ações deveriam ser portanto complementares, e em campos onde cada um dos atores institucionais pode atuar e colaborar de modo diferenciado e conjugado, ou seja, no espaço público e no espaço privado, já que do ponto paisagístico, ambiental e das práticas aqui relatadas, formam um continuum. Daí porque naquela reunião havíamos sugerido que, além do controle na estrada de acesso, houvesse a presença da Guarda Municipal na gestão desse controle e fiscalização das atividades sobre a laje, envolvendo a polícia civil e ambiental e inclusive a fiscalização das atividades lá realizadas no comércio de alimentos, que além de claramente inadequadas, são provavelmente ilegais. Conforme manifestei naquela ocasião, consultei o proprietário da Ecopousada Pedra Grande, que se dispõe a oferecer uma base de infra-estrutura para a operação desses agentes públicos até que haja uma sistemática mais eficiente de monitoramento ambiental da Serra. Desta forma, ao menos experimentalmente, poderiam estar sendo realizadas essas atividades, sobretudo nos finais de semana. Os entraves para uma ação mais efetiva, caso ocorram, não serão, portanto, de ordem operacional. Estas ações não impedirão o acesso de visitação à Pedra, mas contribuirão para sua preservação aliada à sua utilização. Também contribuirão, desde que corretamente implantadas, para minimizar riscos de acidentes a pedestres e mesmo a pessoal do vôo livre durante o momento do salto.

A ação de controle da Estrada Municipal deveria ser assim acompanhada de ações de fiscalização e orientação aos usuários, mostrando a presença e atuação do poder público nas áreas de sua competência, a atuação da sociedade civil através das ONGs, instituições, voluntários, e uma ação mais decidida e cooperativa do conjunto de proprietários desse Patrimônio Cultural e Ambiental. Conjugando a experiência realizada no Primeiro de Maio e a destas últimas três semanas já representará enorme diferença no destino desse Patrimônio. O monitoramento da estrada pelo

poder público, responsável por sua fiscalização, reforçaria a ação voluntária realizada pela ONG em áreas particulares. Porém seus membros carecem de autoridade para ação quando ocorrem quaisquer dos fatos relatados acima, exigindo a conjugação desses esforços.

Seria necessária ainda a orientação através de sinalização na estrada dos locais impróprios para estacionamento e das áreas em que o tráfego pode trazer risco à circulação de veículos e aos pedestres, os quais transitam freqüentemente pela estrada sem qualquer orientação, quer dos veículos quer dos transeuntes, e sem qualquer sinalização ou fiscalização dessa via pública intensamente utilizada. Tal fato configura também uma situação de insegurança em sua utilização, agravada pela ausência de uma ação organizada. A colocação das cancelas a exemplo do que ocorreu no Primeiro de Maio poderia contar com parceria das ONGs e voluntários na informação aos visitantes, mas exige a participação da Guarda Municipal. Nas propriedades particulares deve-se melhorar a marcação e criar uma sinalização indicando as condições de uso da área particular e contar com apoio mais ágil e presente dos órgãos de fiscalização do Estado e dos Municípios.

A formação do visitante não deveria ocorrer apenas no momento do acesso, e hoje não ocorre em momento algum. Os Laboratórios da Universidade de São Paulo, preocupados com essa situação, já ofereceram a representantes das prefeituras de Atibaia e Bom Jesus dos Perdões, nas reuniões que já ocorreram, a possibilidade de realizar um treinamento emergencial para entendimento da Área Tombada com a guarda civil e as polícias civil, ambiental e bombeiros, bem como com alguns professores da rede pública, sem qualquer retorno até o momento. Seria o embrião de uma rede multiplicadora e de um trabalho mais amplo de formação de voluntários e monitores, que poderia contribuir para a formação cidadã, para a preservação da Área Tombada e para a formação de visitantes mais preparados para entender a excepcionalidade do que os atrai.

Sobre impactos na Mata

Os impactos, embora mais evidentes sobre a laje, estendem-se por uma vasta região da Área Tombada. Os principais impactos observados são decorrentes do uso intensivo e inadequado das trilhas, do desnudamento do solo pela manutenção de estradas e acessos e por circulação incompatível com o local, manejo inadequado da vegetação e de áreas de reflorestamento e, em especial, os incêndios em diversos pontos da Serra, cujas marcas permanecem presentes na paisagem ao longo dos anos pelas alterações da vegetação que sucede a esses incêndios, indicando extensas áreas comprometidas por ações irresponsáveis ou criminosas.

Vou me ocupar resumidamente dessas ocorrências de fogo na Serra, que são de longe o mais grave impacto e ameaça ao Patrimônio Tombado. Comprovadamente, em alguns casos, decorreram de ações criminosas. Em outros casos, podem ser decorrência de ações irresponsáveis, mas sem a intencionalidade de causar dano. O resultado, entretanto, é o mesmo: destruição de extensas áreas cobertas por vegetação nativa, estabelecendo situações de risco de diversas ordens, decorrentes da ação humana e que, portanto, não precisariam ocorrer. De qualquer modo, esses incêndios não parecem ter causa natural. Recentemente houve um sinistro de proporções alarmantes, que além do risco que esses eventos trazem irresponsavelmente à vida e saúde dos membros das brigadas voluntárias e dos agentes públicos que são acionados a combater as chamas, trouxe risco a habitações e comprometeu enorme área de vegetação nativa protegida por lei. Apesar de várias testemunhas terem indicado um provável autor do evento, não temos notícias até o momento do resultado da ação pública na apuração dessa responsabilidade.

No final de semana a que se refere este relatório, mais um foco de incêndio ocorreu, seguido de outro sinistro de grandes proporções, cujo combate desenrolou-se nesta segunda-feira e terça-feira. Esses incêndios, além do risco a vidas humanas, a propriedades e ao trabalho, comprometem na maior parte dos casos de forma drástica a possibilidade de regeneração natural do ecossistema, com diminuição extrema da biodiversidade e comprometimento de processos ecológicos da Área Tombada. O comprometimento vai muito além da supressão evidente da biodiversidade natural, podendo levar à instabilidade de um solo frágil e superficial e à diminuição dos recursos hídricos na Serra, além de gerar situações de risco de escorregamento que poderão trazer prejuízos a vidas humanas.

Apesar dos danos e riscos imensos, não tenho notícias de que haja qualquer sistema de monitoramento e fiscalização, o que ao longo destas décadas tem favorecido a degradação ambiental que, se aos olhos do leigo nem sempre é tão evidente, em breve estará registrada de modo indelével na paisagem local. Também não temos notícias da instauração de inquéritos policiais ou de resultados efetivos caso tenham sido instaurados, que são de responsabilidade do Estado (em seu âmbito Municipal, Estadual, Federal e Legislativo, Executivo e Judiciário, à vista das responsabilidades respectivas e da legislação atual). Igualmente, é necessário que os proprietários, em seu conjunto e se ainda não o fazem, mesmo quando não sejam os responsáveis diretos por essas ações, entendam e atuem de modo compatível com a responsabilidade social que essa propriedade acarreta, envolvendo-se de modo mais efetivo no combate a essas ações, na fiscalização e monitoramento de suas áreas e na conservação dos ecossistemas naturais protegidos pela legislação brasileira. Deve-se considerar ainda se, no caso de omissão, não se tornam os proprietários co-responsáveis pelos danos ambientais e por sua adequada reparação.



figura 3: limite de eucaliptal com a Estrada Municipal da Pedra Grande onde ocorreu um dos focos do incêndio criminoso de 25 e 26 de agosto passado, que apresenta riscos iminentes de segurança a veículos e seus usuários.

Na observação que também fizemos das áreas do incêndio criminoso ocorrido no final de semana de 25 e 26 de agosto passado, além do comprometimento de extensas áreas de vegetação nativa nos termos acima indicados, verificamos que persiste situação de risco à vida humana na Estrada Municipal da Pedra Grande, na bifurcação que inicia o acesso à laje. Nesse local, o fogo que atingiu o eucaliptal pode ter comprometido a estabilidade do solo e da vegetação, em local em

que já havia um corte de terreno inadequado para abrir e manter a estrada. Da observação visual do local, é de se esperar que ocorra muito proximamente desbarrancamento ou queda de troncos, que podem atingir a estrada e veículo que naquele momento eventualmente transite por ali, podendo colocar em risco a segurança de seus ocupantes. A situação está a exigir dos órgãos responsáveis uma atenção maior e urgente.

Para maior agilidade, esta comunicação está sendo encaminhada por e-mail e impressa por via de correio, solicitando confirmação do recebimento, com seu protocolamento para amparar os procedimentos cabíveis, dada a urgência das ações. Solicito também, se V. Ex.^a estiver de acordo, no encaminhamento desta ao executivo, certo de que a ação das instâncias competentes, que já se mostraram sensíveis a essas questões, será determinante do destino desse Patrimônio. E, conseqüentemente, da possibilidade de que essa referência de paisagem única do ponto de vista ecológico e cultural, através de sua compreensão e de seu uso adequados, continue a contribuir para uma afetividade mais equilibrada e uma ação mais responsável e democrática de todos.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Euler Sandeville Jr.

FAU.USP / PROCAM.USP

Laboratório Gestão e Projeto do Espaço

Coordenador do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, PROCAM.USP

Coordenador da Área de Concentração Paisagem e Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, USP